

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 30.03.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

- Adjudicação

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ACÇÃO SOCIAL

. Programa Ocupação dos Tempos Livres

- Candidaturas

Ponto 6. **CULTURA** – BIBLIOTECA MUNICIPAL

. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO

6.1. Aprovação de Candidatura

6.2. Consulta Prévia

Ponto 7. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES** – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

. VIII Edição do Prémio Alves Barbosa

- Apoio

Ponto 8. **SAÚDE**

. CONSTRUÇÃO DA NOVA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL

. A.R.S. do Centro

- Aprovação da Localização

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Ponto 9. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
- . Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 10. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

- . ZONA INDUSTRIAL DE SOURE - INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS URBANÍSTICOS
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 11. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª -.

Ponto 12. **RECURSOS HUMANOS**

- . Revogação de Despachos

Ponto 13. **RECURSOS HUMANOS**

- . Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel - Projecto “Formar e Incluir”
 - Protocolo

Ponto 14. **ANMP**

- 14.1. Resolução Política Aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa
- 14.2. Subscrição da Declaração do 4.º Fórum Mundial da Água

Ponto 15. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião adiantando que, como habitualmente, no período decorrido após a última, a Câmara Municipal se fez representar nas mais variadas Acções:

* EDUCAÇÃO

Encerramentos do Ano Lectivo - Casa da Criança e INTEP -.

* CULTURA

Diversas iniciativas.

* DESPORTO

Também, nas diversas iniciativas realizadas no Concelho.

* ACÇÃO SOCIAL

- No dia 05 de Julho, reuniu o Núcleo Executivo do CLAS; no dia 10 de Julho, reuniu o Plenário, para emissão de pareceres sobre as dez Candidaturas que as IPSS's do Concelho apresentaram ao Programa PARES. O Núcleo Executivo aprovou uma proposta, por unanimidade, apresentando-a ao Plenário que veio a aprová-la/ratificá-la, por unanimidade.

Essencialmente, tratam-se de Candidaturas dirigidas ao alargamento da resposta Social Concelhia em Lares de Idosos e em Creches.

- No dia 06 de Julho, reuniu o Plenário do CLAS com dirigentes do INH para apresentação de dois programas de interesse social e urbanístico.

* SAÚDE

Recebemos, no dia 18 de Julho, uma solicitação dos Senhores Vereadores eleitos pelo PSD para a marcação de uma reunião Extraordinária sobre a questão do eventual encerramento do SAP do Centro de Saúde de Soure. Até ao momento, para além das reuniões nos dias 06 e 11 de Julho, formalmente, nada deu entrada na Câmara Municipal, a confirmar ou não, o que nessas reuniões foi debatido.

Penso que importará hoje clarificar se a moção que aprovámos, por unanimidade, na última reunião, ainda com o texto por afinar... se o mesmo poderá ser aquele que no dia seguinte foi acordado pelas três bancadas na Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade.

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Penso que devemos aguardar qualquer questão que nos chegue formalmente, uma vez que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal já aprovaram, por unanimidade, moções muito claras. Se a sociedade civil entender desencadear, manifestar o seu descontentamento, se houver razão para tal, certamente que o fará sendo que a posição da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal já são conhecidas e poderemos ou não sentir necessidade de a reforçar.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - TURISMO

Terminou, com a realização do segundo fim de semana, o Certame Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura/2006, com um balanço muito positivo, quer no plano organizativo, quer no modelo adoptado, quer no significativo afluxo de Pessoas verificado.

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “vou complementar uma informação dada pelo Senhor Presidente sobre a reunião entre o CLAS - Conselho Local de Acção Social e o INH - Instituto Nacional de Habitação, realizada no dia 06 de Julho, pelas 15 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure que tinha como objectivo a sensibilização e formação sobre os programas disponíveis para a área da habitação social, estou a falar do Pró-Habita ou do Solarh. O que pretendemos, e esta foi a estratégia definida pelo Executivo e pelo Grupo da Habitação Social, foi levar a todas as entidades que compõem o CLAS, dar-lhes informações para o levantamento de dados e o diagnóstico, está a ser feito, para detectarmos situações de necessidade nesta área. Penso que podemos dizer que a reunião ultrapassou muito as nossas expectativas, houve entusiasmo por parte de todos os parceiros e pensamos que em breve estaremos em condições de poder avançar na Candidatura a estes programas, nesta área.

Da parte do INH temos toda a disponibilidade, aliás, já se deslocaram a Soure várias vezes para nos darem informações e trabalharem connosco; por parte do CLAS penso, e hoje tenho essa certeza, que foi uma estratégia correcta partilhar-mos toda esta informação sobre programas nacionais para a área da habitação social, porque eles estão muito mais próximos destes problemas do que nós. Esta partilha e responsabilização é uma boa estratégia e espero que surjam efeitos benéficos para ultrapassar este problema.”

O Senhor Presidente referiu que: “é evidente que uma coisa é o levantamento do universo de possibilidades/necessidades para podermos aproveitar esses programas junto do INH; outra coisa é quem deve ser o agente motor de aproveitamento. A

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Câmara Municipal pode ser agente motor mas deve, essencialmente, ser agente eficazmente divulgador porque haverá outras entidades privadas e públicas, que não apenas a Câmara Municipal, que devem conhecer com rigor as possibilidades decorrentes desses programas e, porque conhecem melhor o terreno, poderão, nalguns casos, tornar os programas até mais eficazes.

O objectivo dessa reunião foi, naturalmente, a formação, sensibilização, divulgação e, acima de tudo, alargar o leque de possibilidades de aproveitamento e fazendo-o alargar a eficácia do programa, porque se isso acontecer, evidentemente que melhora o Concelho e melhoram aqueles que, porventura, possam vir a ser servidos com essas possibilidades.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “ocorreram mais dois Festivais de Folclore no Concelho, no âmbito dos Festivais que decorrem entre Maio e Setembro.

No dia 01 de Julho, assistimos ao 4.º Encontro de Danças e Cantares da APPACDM de Soure, que acabou por coincidir com o Certame Soure -Artesanato Gastronomia e Cultura.

No dia 08 de Julho, decorreu o 7.º Festival Nacional, 4.ª Participação Internacional do Rancho Folclórico da Santa Casa da Misericórdia de Soure.”

Interveio o Senhor Vice-Presidente Santos Mota dizendo: “no dia 09 de Julho, recebemos no Salão da Câmara Municipal uma comitiva de Cicloturismo do Casal do Barril.

No dia 10 de Julho, no Pavilhão Municipal da Encosta Sol, realizou-se o encerramento do Torneio Concelhio de Futsal que, mais uma vez, foi um êxito desportivo e participativo. Este Torneio foi aberto a Femininos Sub 17, a Masculinos Sub 14 e Sub 16, a Equipas Mistas de Sub 12 e Sub 10. A nível de participantes estiveram 310 Atletas, 20 Árbitros, 26 Equipas de 17 Colectividades, 8 Freguesias e 70 Jogos. Foram utilizados 11 Equipamentos Desportivos: Figueiró do Campo, Associação do Cimeiro, o Municipal da Gesteira, o Municipal da Granja do Ulmeiro, Palmeira, Encosta do Sol, Pouca Pena, Sobral, Tapeus, Casa do Povo de Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.

Na área da Cultura e Tempos Livres, no dia 09 de Julho, a Câmara Municipal fez-se representar num convívio popular nos Simões, promovido pela Associação local; no dia 16 de Julho, no Casconho, num convívio/festa pelas obras de reabilitação da Capela local.

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Também gostaria de fazer um pequeno balanço em relação ao Certame Soure - Artesanato Gastronomia e Cultura. Posso considerar que o balanço foi bastante positivo; a nova disposição dos equipamentos, considero que é o ideal; há uma aproximação entre todos os participantes, sendo o palco um ponto comum; os objectivos foram atingidos em termos de segurança e higiene alimentar, penso que chegámos ao último patamar de qualidade; os cuidados em termos ambientais também foram muito satisfatórios; a adesão do público foi muito boa e foram servidas 12.300 refeições. Todas as Freguesias se preocuparam em servir os seus pratos tradicionais. Podemos afirmar que, no âmbito geral, foi de muito boa qualidade.

Na vertente Cultural, o nosso Concelho, mais uma vez, vem reforçar neste Certame a sua dinâmica e qualidade e sempre com bastante público a assistir. A participação dos artesãos bem como dos pintores deram um brilho a este Certame. Penso que os mais novos também tiveram a possibilidade de estarem muito ocupados, através dos equipamentos de que dispunham: parque infantil, insufláveis, palhaços, animadores de rua... sem dúvida que as crianças vieram dar uma alegria e uma grande vitalidade ao Jardim da Várzea.

O primeiro Colóquio do Vinho também foi um êxito.

A funcionalidade, a segurança e a limpeza foram uma constante suportada pelos nossos funcionários.

A aproximação e o convívio entre as pessoas dos diferentes lugares do nosso Concelho, mais uma vez, foi um facto.

Pensamos que este modelo poderá ser adoptado em futuros Certames. Contudo, temos a humildade de reconhecer que há pequenos pormenores a melhorar.”

O Senhor Presidente referiu que: “no que diz respeito ao Torneio Concelhio de Futsal, trata-se de uma organização da própria Câmara Municipal. Conforme se pode constatar pelos elementos adiantados pelo Senhor Vice-Presidente Santos Mota, os Objectivos foram, mais uma vez, plenamente atingidos.

A título informativo, e também porque isso tem surgido na comunicação social, dizer-vos o seguinte: no dia 12 de Julho e na sequência de outras reuniões, estive numa reunião no IPPAR, cujo assunto tem a ver com o aparecimento de novos instrumentos em termos de novas tecnologias ao serviço do património e do turismo, no qual estão a ser desenvolvidos dois projectos: um para miradouros virtuais, que é a parte dos castelos, e outro para guias turísticos.

Hoje mesmo, a esta hora, está a decorrer uma reunião com vários Presidentes de Câmara dos Municípios que integram a Plataforma Empresarial Logística do Porto

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

da Figueira da Foz com um membro do Governo da Secretaria de Estado dos Transportes.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “dar nota a esta Câmara Municipal que, na passada Terça-feira, foi a sepultar uma pessoa que muito deu ao Concelho de Soure, o Dr. Cipriano Martins. Este ilustre advogado foi causídico no Concelho de Soure, aqui desenvolveu actividade política e autárquica, foi uma pessoa certamente amiga de todos nós que partiu. Propunha sugerir, a Vossa Excelência, que se fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Cipriano Martins.”

O Senhor Presidente referiu que: “antes de fazermos um minuto de silêncio, dizer-vos que considero extremamente oportuna a intervenção do Senhor Vereador. Eu próprio fui informado, já no próprio dia, da realização do funeral às dez da manhã, por um colega, o Dr. Macedo dos Santos. Para além de todos os aspectos que referiu, se a memória não me traiçoa, ele foi Vereador da Câmara Municipal em dois ou três mandatos seguidos e, posteriormente, enquanto Governador Civil, tomou algumas atitudes reveladoras de equilíbrio distrital, mas também de afecto pelo Concelho. Seria imperdoável que nós não anuíssemos à proposta do Senhor Vereador...”

Foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Cipriano Martins.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “foi solicitada, pela Bancada do PSD, a marcação de uma Reunião Extraordinária do Executivo para apreciação do problema que certamente irá afligir todos os Sourenses que é o do provável encerramento do SAP de Soure. Confesso que é uma grande oportunidade de união de todos os Municípios à volta de um assunto que interfere claramente com o quotidiano das pessoas e com a vivência das famílias, com aquilo que é sagrado na vida de cada um de nós como é, naturalmente, o caso da Saúde. É sabido que a estratégia do Governo em relação aos Centros de Saúde tem sido de encerramento por etapas, naturalmente em situações escolhidas, certamente a dedo, alguns desses Centros de Saúde já fecharam, outros aprestam-se para fechar nos próximos dias e dizem-me alguns que haverá uma terceira fase que é aquela que será encerrada em período de férias quando as pessoas não estão cá para poder protestar em relação a essa situação.

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Prevejo que o Concelho de Soure possa estar nesta terceira fase, podemos perspectivar, podemos prognosticar um encerramento durante o mês de Agosto. Acho que qualquer medida a tomar posteriormente será certamente uma medida reactiva e, em relação à Saúde dos Sourenses, a nossa medida tem que ser pró-activa. Solicito a Vossa Excelência que, naturalmente, continue a enveredar todos esforços e acredito que o fará, para que uma situação desta natureza não ocorra sem que os Sourenses sejam avisados da mesma e sem que tudo possam fazer para o evitar. Em segundo lugar, se tal acontecer, e condenaremos veementemente essa situação, que seja assegurado ao Concelho de Soure garantias de acesso à Saúde que qualquer cidadão Português merece em qualquer sítio do território nacional.

Entendo, no meu modesto entendimento, que uma Reunião Extraordinária poderia mobilizar ainda mais os Sourenses, poderia mobilizar os agentes sociais, políticos, económicos e as famílias no sentido de que tudo pudéssemos fazer para que esta situação não ocorresse. Mantemos esse propósito e mantemos o propósito de dizer publicamente a todos aqueles que estão perante nós, que são os responsáveis autárquicos do Concelho de Soure e aqueles que certamente nos acompanharam pelos meios de comunicação social que, da nossa parte, iremos protestar veementemente em relação a uma situação desta natureza. É um descabro para um ser humano, é uma interferência grave na vivência humana, o sentir-se que nas horas difíceis, que são as horas em que falta a Saúde, não termos perto de nós quem nos possa auxiliar. Este é um sentimento que acolhe todos os cidadãos, especialmente os que têm à sua guarda crianças, pais ou idosos, é este sentimento que este Governo não tem, que não está a transmitir e que eu, uma vez mais, como disse anteriormente, veementemente repudio.”

O Senhor Presidente referiu que: “penso que a sua intervenção foi clara... na sequência daquelas que têm sido as minhas posições, as minhas intervenções, quer em Reuniões Ordinárias de Câmara Municipal, quer em Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal, quer em reuniões mais ou menos públicas como a que aconteceu no dia 11 de Julho com Autarcas, Dirigentes da Protecção Civil e do Corpo Operacional, reafirmo que não terei o menor reboço, como sempre, em afirmar qual o meu entendimento sobre esta matéria. Deixem que vos diga que o encerramento parcial, a mudança de modelo... é capaz de ter passado pela cabeça de muitos, que já pudesse ter ocorrido. Porém, temos mantido uma atitude firme e devo dizer-vos que já depois do dia 11 de Julho tivemos a oportunidade, eu e o Presidente de Montemor-o-Velho, de dizer exactamente que não achávamos de bom tom que o quer que tivesse que ocorrer, ocorresse em Agosto, porventura

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

dando a tal sensação que mencionou, e a meu ver bem, de que se poderia estar a aproveitar um período sazonal, tendencialmente mais utilizado pela maioria das pessoas como sendo mês de férias, e com isso poder beneficiar de uma certa distração social.

Aliás, o Senhor Presidente do ARS do Centro publicamente, comprometeu-se a nada decidir, sem avisar com pelo menos sete dias de antecedência... ainda não temos nenhuma comunicação.

Depois há outra questão que é a das medidas... disse que se não fizermos mais nada agora, corremos o risco de actuarmos à *posteriori*, numa atitude reactiva e não já numa atitude pró-activa. Penso que neste momento há uma coisa que nós não podemos questionar, concordando ou discordando: este, como qualquer outro Governo, tem legitimidade para aplicar o programa em que acredita... como nós temos todos o direito a discordar e até, como alguém dizia, à indignação conjunta e cumulativamente com a discórdia.

A nós não nos cabe fazer a defesa do que quer que seja, a nós cabe-nos defender exclusivamente a melhoria do bem-estar colectivo dos Municípes que em nós confiaram; é nessa linha que procuraremos estar sempre.

Na questão das medidas a adoptar, tenho uma dúvida: já aprovámos uma moção, por unanimidade, sendo que dessa foi dada publicidade...

A questão que se coloca é se devem a Câmara Municipal e a própria Assembleia Municipal, enquanto órgãos, irem além da aprovação unânime de moções, ou se devem tomar outro tipo de atitudes porque, evidentemente, cada um de nós, por si, pode participar nas iniciativas de descontentamento que entender por bem.

Percebo perfeitamente a ideia de medidas pró-activas e não reactivas, mas que tipo de medidas é que a Câmara Municipal pode tomar? A única coisa de concreto que foi dito na reunião de 11 de Julho é de que estariam a pensar implementar nos Concelhos de Soure e de Montemor-o-Velho um quadro deste género: durante os dias de semana, haveria das 8,00 horas às 22,00 horas, atendimento com médicos de família, acompanhado de consulta alargada em regime cumulativo e um “descoberto” das 22,00 horas às 8,00 horas; ao fim de semana haveria também a consulta de família com consulta alargada por um período de 8 horas, das 10,00 horas às 18,00 horas...

Estou inteiramente de acordo que possamos tomar medidas à *anteriori* pró-activas e não medidas à *posteriori* reactivas, ainda que, neste momento, tenho alguma dificuldade em concretizar a ideia, para além da moção aprovada por unanimidade e inexistindo para já outros elementos concretos sobre os quais nos possamos e devamos pronunciar...”

*13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “começando pela reunião realizada no dia 11 de Julho, na ARS, se havia alguma perplexidade na minha pessoa antes de ir para lá, depois de vir de lá acho que ela ficou um bocado mais forte, tanto mais que o Senhor Presidente da ARS começou por dizer que *“estamos aqui para dialogar”*. Verdade que ele, se calhar, não deve ter tido culpa da luz ter faltado, mas o que é também verdade é que as perguntas que as pessoas lhe colocaram não foram respondidas. Por outro lado, para um representante de um Governo Central que demonstra ter tantas certezas e tão bem sustentado nas medidas que toma, pareceu-me que o Prof. Doutor Fernando Regateiro não estava assim tão seguro daquilo que ia dizendo e, questionado com questões concretas, demonstrou alguma insegurança que nos deve deixar ainda mais preocupados. É verdade que em termos numéricos ele é expert, portanto, tem tudo a seu favor para dizer e para alegar que os cuidados prestados são melhores desta forma ou daquela mas, de facto, ficámos preocupados. Também uma das frases que ele disse foi *“sem prejuízo significativo para as populações”*, o que quer dizer que vai haver prejuízo e são estas questões que nos devem, a nós, levar a reflectir que medidas é que devemos tomar, também não sou por levantamentos populares, acho que não é por aí que vamos lá mas, se calhar, temos que fazer qualquer coisa de uma forma pró-activa no sentido de, pelo menos, tranquilizar as populações.

Só dois exemplos: o Presidente da ARS disse que uma das soluções do futuro, em Março de 2007, portanto, primeiro encerra-se e depois tomam-se as medidas, irá ser criado um Call Center, não sabemos muito bem o que é que isso é, mas recordo-me que nos Call Centers que eu conheço, quando tenho que telefonar por causa do telemóvel que não funciona ou por causa do carro que tem que ser rebocado, tenho que estar meia hora à espera... estas coisas criam nas pessoas alguma insegurança, alguma ansiedade que pode agravar a situação. Na altura referi e volto a referir também, que uma coisa é estarmos a ver as pessoas olhos nos olhos, o doente e o médico, outra coisa é um Call Center onde muitos dos nossos concidadãos, dos nossos munícipes terão dificuldade de aceder por uma razão simples, porque às vezes não entendem como apontar a forma de tomar o medicamento porque não sabem ler nem escrever ou porque a sua literacia não é suficiente para que entendam uma linguagem técnica que é por vezes hermética. Essas questões levam-nos a ficar perplexos.

É verdade que o Senhor Presidente disse que iria ser criado um grupo de acompanhamento mas deixou uma dúvida, é que o grupo de acompanhamento vai ser constituído por pessoas do sistema, portanto, pessoas dos Centro de Saúde, da ARS, quando muito alguém das Autarquias. Não sei se devia ser alguém externo

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

para avaliar da bondade do sistema, porquanto sabemos que as avaliações feitas por entidades externas têm, talvez, uma validação diferente daquelas que são feitas internamente.

Este conjunto de preocupações e de respostas que não existiram às perguntas que foram colocadas, levam-nos a reforçar a solicitação de uma reunião de Câmara Extraordinária, aberta a todos os Municípios, convidando os Presidentes de Junta, actores significativos da comunidade, no sentido de também eles poderem estar preparados para o embate que aí vem. Neste aspecto fiquei esclarecido, o SAP vai encerrar a curto prazo e as urgências vão ser todas tratadas em Coimbra.

Outra questão que foi lá referida, e que eu já aqui referi também, é o agravamento dos custos para a população, porquanto as taxas moderadoras são diferentes de um Hospital Central para um Centro de Saúde; porquanto o transporte, se de repente o CODU, quem faz a triagem das situações disser que a situação não é urgente, quem tem que pagar o transporte é o utente.

Um dos problemas que foi colocado com maior insistência foi o do transporte das pessoas como sendo esse o factor que estaria no limbo entre o sucesso e o grande insucesso e suporta esse transporte em instituições privadas sem fins lucrativos que vivem do voluntariado que são os Bombeiros Voluntários que, com todo o mérito que eles têm, mas que, no fundo, têm que ir prestar um serviço, poderão não estar apetrechados, quer em termos de recursos humanos, quer pessoais. Acredito, e conhecendo os Bombeiros como conheço, que irão fazer das “tripas coração” para levarem a “bom porto” esta tarefa, todavia está o Governo a descartar-se de uma responsabilidade e a transportá-la para outra Instituição.

Fundamentamos a nossa proposta da realização de uma Reunião Extraordinária alargada a estes actores sociais relevantes por forma a que eles possam prevenir as populações porque, na nossa opinião, também não é com oito dias de antecedência que se anuncia o fecho de um SAP. Se as coisas estão a ser feitas de uma forma criteriosa, sustentada, não se programa um fecho de um serviço a oito dias, portanto, essa decisão ou já está tomada ou então a ser tomada em oito dias é uma situação tomada de forma leviana, na nossa perspectiva. O Senhor Presidente da ARS, quando questionado por mim, se havia alguns estudos que dessem eco dos impactos que estas medidas irão ter, também não deu resposta, aliás, também não deu resposta a nenhuma... mas acho que era importante que tivéssemos esse estudo, fomos para lá sem qualquer documento, sem ter acesso a qualquer estudo, isso demonstra que as convicções passadas nos jornais não são exactamente aquelas que as pessoas depois manifestam quando pessoalmente falamos com elas.

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

Depois duas questões completamente diferentes, uma delas já a coloquei aqui, que é a antiga Escola Secundária. Na altura, referi que estão a crescer, de forma desordenada, arbustos e árvores, que configuram duas questões: a primeira é uma questão estética, porquanto aquilo fica na entrada da vila e dá um ar de abandono que não valoriza o nosso Concelho e a nossa vila; a outra é uma questão ambiental que poderá originar algum fogo, os pavilhões têm as portas abertas, qualquer pessoa pode entrar lá...

A outra questão tem a ver com o Restaurante da Várzea. Os que tiveram oportunidade de participar foram lá e apreciaram os “vários petiscos” que foram servidos na Feira de Gastronomia e tivemos também a oportunidade, mais uma vez, de perceber a beleza e o enquadramento paisagístico daquele Parque da Várzea que merece, na nossa modesta perspectiva, ser valorizado e é, nestes tempos de calor, um sítio aprazível até em termos de temperatura, no entanto, um dos únicos equipamentos que poderia dar apoio àquele espaço e servir de cartão de visita da vila continua fechado. Queria saber o que é que está a ser pensado para aquele espaço e que prazo temporal é que existe para a sua afectação a uma actividade que possa servir de complemento àquele espaço, Parque da Várzea.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “começando pela questão da Saúde... Não vou, em circunstância alguma, jamais o faria enquanto Presidente de Câmara, fazer aqui a apologia ou a defesa do que quer que seja, mas também não farei qualquer crítica ideológica ou programática... o que farei é o cruzamento daquilo que um modelo dá à população, com aquilo que os que têm legitimidade para isso julgam ser um modelo que dará mais à população.

Não sendo um especialista, nem de longe nem de perto, em termos de Saúde, reconheço que “estudei” mais sobre Saúde nas últimas semanas do que se calhar durante três mandatos, porque, mais uma vez se percebe, que tudo vem parar à Câmara Municipal. A Câmara Municipal quando não tem competência própria, tem que saber advogar... porque tudo o que acontece no Concelho, quando não é competência própria, deve a Câmara veicular de forma sustentada e conhecedora, a posição que melhor defenda a melhoria do bem-estar colectivo.

Tenho que lhe dizer que não tenho a menor dúvida, que aquilo que dizem ser o novo modelo em termos do chamado período de maior afluxo, em teoria, iremos ver na prática, só poderia melhorar o atendimento. Mas, da mesma forma que lhe digo isto quanto ao período de maior atendimento e ao período do dia, também lhe digo que tenho as maiores reticências, dúvidas... sobre aquilo que possa vir a ser um período de vazio, sem cobertura alguma, que é, se vier a ser, o período das

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

10,00 horas da noite até às 8,00 horas da manhã. Independentemente da estatística dizer que são três, quatro, cinco... porque como já todos referimos e bem, em termos de Saúde devemos ter o bom-senso de não fazer análises quantitativas, de maneira que tenho muita dificuldade, não sou mesmo capaz, de avaliar isso numa perspectiva exclusivamente quantitativa.

Evidentemente que foi adiantado que quem tem um problema desses a essa hora telefona para o CODU ou para o 112... aí percebi que perante questões concretas, por exemplo, colocadas pelo Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure - julgo que era a isso que o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho se referiu -... em questões “miudinhas” mas concretas e efectivas, de facto, o Senhor Presidente da ARS do Centro, limitou-se a dizer que se um serviço existe é suposto que funcione bem. Não estou nada convencido sobre a questão do período a “descoberto”, embora perceba também que aquilo que existe não tem a resposta que muitas vezes lhe atribuíamos mas, de qualquer maneira, está lá qualquer coisa e, julgo eu até que, psicologicamente, tranquiliza as pessoas.

Neste momento, percebo o que se pretende de dia, mas não estou nada convencido com a questão da noite. Agora há aqui uma questão que é a da legitimidade... como sabemos, qualquer Governo eleito a tem... A nós cabe-nos discordar, manifestar a nossa discordância, quando nos parece que, neste ou naquele aspecto, não irão ocorrer melhorias; aprovámos a moção, não vejo, pelo contrário, inconveniente nenhum, surgindo ou não outros elementos em concreto, em que seja incluído um ponto na Ordem de Trabalhos da próxima reunião... convidaremos directamente os Senhores Presidentes de Junta, Presidentes das IPSS's, responsáveis dos Bombeiros e faremos uma maior divulgação através de editais.

Quanto à antiga Escola Secundária... demos instruções aos serviços no sentido de fazerem a limpeza possível, não sei até se já não a fizeram. Quero no entanto voltar aqui a reafirmar que: primeiro foi avaliada juridicamente a posse de propriedade, tendo sido instruído um processo que evidenciou que é propriedade municipal; concluído esse processo, neste momento, está a ser desenvolvida uma proposta que consagre um aproveitamento social daquela área, assente num loteamento de vivendas unifamiliares, sendo que há também ali um corredor onde está o portão de entrada, que conflui com as traseiras da Misericórdia, instituição que se prepara para apresentar um pedido concreto de doação de uma área de cerca de três mil metros quadrados para investimento num Lar de Apoio a Idosos (alargamento da resposta). Evidentemente que a decisão caberá à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal ou só à Câmara Municipal, dependendo do valor atribuído ao terreno e

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

dos limites legais em vigor... mas isso, a acontecer, será objecto de discussão em sede própria.

Restaurante a Várzea... se há coisa que nós não vamos tomar é mais nenhuma medida avulsa, porque restaurantes e diferentes tipos de resposta temos nós. Iremos, brevemente, inaugurar a requalificação do espaço entre o Castelo e o Rio, depois iremos perceber o que vamos fazer entre os dois rios e todo aquele espaço da Várzea. De maneira que aquilo que viermos a definir para a utilidade do Restaurante da Várzea e para aqueles imóveis logo ao lado adquiridos pela Câmara, onde funcionavam o antigo moinho, terá que ser não numa perspectiva avulsa mas integrado nesta rede espacial que acabei de aduzir. Penso que deveremos tomar as decisões definidoras, naturalmente, a curto prazo, até porque o que falta fazer é um investimento menos significativo do que o já realizado, e, portanto, teremos oportunidade de confrontar sugestões, sendo que, neste momento, dir-lhe-ia que não vejo com bons olhos que aquele edifício sirva como um bar ou um restaurante propriamente dito de apoio... há outro tipo de linha de raciocínio que está a ser trabalhada para podermos, colegialmente com ela concordar ou discordar, e tomarmos a decisão que nos pareça que melhor responde àquela área, numa perspectiva integrada.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “sobre a questão do SAP dizer que concordo com muita coisa que tem sido dita sobre o seu encerramento e todo o prejuízo que vai trazer para a população de Soure. Não estive nessa reunião mas já reuni com colegas que foram e, portanto, trata-se de uma coisa mais grave do que aquela que nós pensávamos, é mesmo o encerramento do Serviço de Urgências. Aquilo que ficámos a saber na reunião é o encerramento do Serviço de Urgências do Centro de Saúde de Soure?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “o SAP - Serviço de Atendimento Permanente, não é um Serviço de Urgências, não está preparado para isso...”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “é o Serviço de Atendimento Permanente e alguém fez uma pergunta que foi esta: se aparecer um serviço de urgência durante o dia, desaparecendo aquele atendimento permanente, o médico que está a dar consultas aos doentes atende uma urgência ou essa urgência é imediatamente encaminhada para Coimbra?”

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “foi dito que seria atendido como antigamente no SAP, em consulta alargada... Agora o problema, para mim, é à noite... quem é que faz isso?... Aquilo que eu percebi é que, de dia, a questão não se colocaria, pois a consulta alargada daria a resposta adequada... agora se há médicos que chegam para isso ou não, é outra questão! A questão da noite, de facto, remete tudo para os telefones e para o CODU...”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “pensamos que de todos os serviços que possam existir num Concelho, o encerramento ou não do Tribunal, o encerramento ou não das Finanças, deixar parar os comboios... todo este tipo de serviços não são comparáveis, na nossa opinião, ao serviço da Saúde. Este é o mais melindroso, é aquele que mais toca as populações, como tal nunca poderemos estar de acordo como o encerramento deste serviço.

Nenhum de nós aqui põe em causa a legitimidade do Governo para tomar estas atitudes, o Senhor Presidente vai concordar comigo se eu lhe disser que nenhum Governo ganha eleições se disser ao povo que vai encerrar os Centros de Saúde ou que aumenta a idade da reforma ou que toma outras medidas que vão agravar a qualidade de vida das pessoas, de um povo. Ninguém ganha eleições assim! Não há aqui uma questão, nós não estamos a questionar a legitimidade, o que nós estamos a questionar e a pôr em causa é se estas medidas melhoram a qualidade de vida das pessoas ou não! Pelo contrário, piora e piora muito!

Logicamente que este Executivo, a Câmara Municipal e todos os eleitos, têm que estar à acompanhar esta situação, ter uma atitude activa e eu vejo, com muito bons olhos, que se tomem medidas para esclarecer a opinião pública, os Municípios em geral do que é que se está a passar e fazer um balanço de situação porque aquilo que se fala, aquilo que as pessoas hoje têm é um receio enorme, é muita coisa que se diz, mas aquilo que nós temos em cima da mesa é um encerramento de um serviço que vai fazer muita falta às pessoas; há aqui público mais sensível, que estão noutra tipo de patamar, porque são mais frágeis e que vão perder este serviço, evidentemente teremos que mostrar a nossa oposição. Estou receptiva a uma iniciativa, da nossa parte, de esclarecimento da população fazendo um balanço da situação, o que é que há, no momento, sobre esta situação. Sou receptiva a esta proposta vinda do PSD, julgo que devemos convocar uma reunião alargada, convidando pessoas para estarem presentes, divulgando-a nos órgãos de comunicação social e esclarecendo as pessoas do que é que está em discussão e o que é que temos até ao momento, até para que as pessoas saibam se a Autarquia está ou não a par de toda a situação e para que não venha a acontecer uma situação

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

que todos prevemos, que é o encerramento, sem a Autarquia os ter avisado. Portanto, as coisas ficam muito mais esclarecidas se, efectivamente, tomarmos uma atitude destas.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 30.03.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO/EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO
13 COMPUTADORES E 13 IMPRESSORAS
ADJUDICAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 16.06.2006, recorrer à figura da **Consulta Prévia a três fornecedores**, com vista ao fornecimento acima mencionado, tendo em conta que o valor estimado é inferior a 24.939,89 euros - *cfr.* alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

As empresas consultadas apresentaram propostas dentro do prazo estabelecido.

Empresa	Valor (euros)
Realestudo Lda	11.427,00
Lourisystems Lda	8.411,91
Servidor - Informática	12.220,00

Tendo em conta o critério de análise das propostas - unicamente o do preço mais baixo -, sugere-se a adjudicação do presente fornecimento à firma Lourisystems Lda.

Não é obrigatória a realização de contrato escrito, uma vez que o valor de adjudicação é inferior a 49.879,79 euros - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

O presente procedimento está dispensado da audiência prévia nos termos do artigo 154.º do citado diploma.

Deste modo e considerando que foram cumpridas as formalidades legais aplicáveis, propõe-se:

1. A adjudicação do fornecimento à firma **Lourisystems Lda**, pelo montante de **8.411,91 euros**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Autorização para a realização da despesa pelo montante atrás referido.

À Consideração Superior,
O Chefe de Repartição
Gil Soares
03.07.2006

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que aprovemos a adjudicação do presente fornecimento à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL
. Programa Ocupação dos Tempos Livres
- Candidaturas

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da apresentação habitual de Candidaturas a um Programa tradicional do Instituto da Juventude...”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 6. CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL
. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO

6.1. Aprovação de Candidatura

O Senhor Presidente referiu que: “foi aprovada a candidatura e o que eu proponho é que aprovemos a subscrição do Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação.”

Deliberado, por unanimidade, subcrever o correspondente Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação. -----

*13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

6.2. Consulta Prévia

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: CULTURA/BIBLIOTECA MUNICIPAL
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO/POS-C
5 COMPUTADORES, 1 IMPRESSORA DE REDE E 1 SCANNER
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento dos bens acima mencionados, proponho a V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação

Relativamente ao fornecimento em epígrafe sugiro a adopção da modalidade **Consulta Prévia a três fornecedores**, uma vez que o valor estimado para a aquisição - 5.800,00 euros - é inferior a 12.469,95 euros (*cf.* alínea c) do n.º 1 do artigo 81.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06).

A escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, está dentro do âmbito das competências do Presidente da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 euros (*cf.* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho).

2. Consultar as Seguintes Entidades

Sugiro que se convidem a apresentar propostas, as seguintes empresas:

- . Realestudo Lda
- . Servidor Informática
- . Lourisystems Lda

À Consideração Superior,
O Chefe de Repartição
(Gil Soares)
2006.07.13

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que aprovemos a adopção da modalidade de consulta prévia para a aquisição do presente fornecimento, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de consulta prévia, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

*13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

**. VIII Edição do Prémio Alves Barbosa
- Apoio**

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal de Soure, a de Montemor-o-Velho, a de Cantanhede e, este ano, a da Figueira da Foz têm apoiado esta iniciativa ligada ao antigo grande ciclista, Alves Barbosa, como forma de dinamização da modalidade. A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho solicita-nos a disponibilidade e colaboração habitual.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos a atribuição de um apoio no valor de 5.000,00 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio de 5.000,00 euros.--

Ponto 8. SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA NOVA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL**
- . A.R.S. do Centro**
 - Aprovação da Localização**

O Senhor Presidente referiu que: “apenas dar-vos conhecimento que, depois de termos aprovado a compra de um novo terreno, condicionada à aprovação da nova localização... a ARS pronunciou-se aprovando a nova localização.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “enquadrado nesta questão que nós tivemos com a ARS, quais irão ser as implicações que este tipo de medidas poderá ter? O que eu queria saber é se teremos uma palavra a dizer, para não se gastar dinheiro mal gasto, para depois ser encerrado logo a seguir.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a informação de que dispomos é que em nenhuma das Extensões de Saúde a funcionar, porque têm todas, pelo menos, um número de utentes próximo dos 1.300, se encara sequer a possibilidade de encerramento.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 9. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

- . **CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE**
- . **Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira**
- . **- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
REABILITAÇÃO DA ZONA ADJACENTE AO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **15.05.2002**, à **Leirlisena - Sociedade de Construções, SA**, pelo valor de **744.644,85 euros**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor de **957.363,37 euros**, em virtude da aprovação de trabalhos a mais e a menos (reunião de 18.03.2004) e revisão de preços.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 55/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
10.07.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 10. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. ZONA INDUSTRIAL DE SOURE - INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS URBANÍSTICOS
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
ZONA INDUSTRIAL DE SOURE - INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS URBANÍSTICOS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.04.2002**, à **Redevias - Sociedade de Construções e Vias, SA**, pelo valor de **797.810,45 euros**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor de **1.062.593,56 euros**, em virtude da aprovação de trabalhos a mais (reunião de 18.03.2004) e revisão de preços.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 55/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
10.07.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 11. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006
. Apreciação de Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª -.

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, nos termos do POCAL, aprovado o Empréstimo, temos que adequar o Orçamento à aprovação do mesmo... o resto são pequenos ajustes.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as propostas de alteração - 4.ª/4.ª -. -----

Ponto 12. RECURSOS HUMANOS
. Revogação de Despachos

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “a 21 de Maio e a 22 de Junho, de 2004, foram produzidos dois Despachos, na altura pelo Senhor Santos Mota, que podem ser naturalmente verificados. A 29 de Outubro, produzi um Despacho e, na sequência do mesmo, a Câmara Municipal aprovou a Instauração de um Procedimento Disciplinar. Na sequência desses Despachos, a funcionária interpôs duas acções judiciais à Câmara Municipal... agora o STAL arbitrou esta situação no sentido de a funcionária retirar as acções e, por outro lado, haver lugar ao reposicionamento anterior aos despachos.

Assim, dou-vos conhecimento da Revogação dos Despachos acima referidos, uma vez que os mesmos implicam a Revogação do Acto Administrativo que determinou a Instauração de Procedimento Disciplinar - Deliberação da Câmara Municipal de 06 de Dezembro de 2004.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 13. RECURSOS HUMANOS

**. Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel - Projecto “Formar e Incluir”
- Protocolo**

Após vários esclarecimentos e considerações, o Senhor Presidente propôs que fosse aprovada a subscrição do Protocolo com a Associação Cultural e Social de Samuel.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Subscrição do Presente Protocolo. -----

Ponto 14. ANMP

14.1. Resolução Política Aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa

O Senhor Presidente propôs a subscrição da Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa.

Deliberado, por unanimidade, aprovar Subscrever a Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa. -----

14.2. Subscrição da Declaração do 4.º Fórum Mundial da Água

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 20 de Julho de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “o 4.º Fórum Mundial da Água aprovou uma Declaração sobre a Água e a Associação Nacional de Municípios Portugueses enviou-a a cada Município, convidando o órgão a que cada um preside a subscrevê-la. Aquilo que eu proponho é que aprovemos subscrever a Declaração do 4.º Fórum Mundial da Água.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Subscrição da Declaração do 4.º Fórum Mundial da Água. -
